




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Urbanismo Insurgente: ações recentes de coletivos urbanos ressignificando o espaço público na cidade de São Paulo

Insurgent Urbanism: recent actions of urban collectives resignifying the public space in the city of São Paulo

*Maria Carolina Maziviero¹, Universidade São Judas Tadeu,
mcarolmazi@hotmail.com*

*Eneida de Almeida², Universidade São Judas Tadeu,
eneida.almeida@uol.com.br*

¹ Arquiteta e urbanista, Prof^ª. Dr^ª. da graduação e do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu.

² Arquiteta e urbanista, Prof^ª. Dr^ª. da graduação e do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu.

RESUMO

Discute-se as ações recentes de coletivos urbanos na cidade de São Paulo que, através de proposições alternativas de usar, olhar, planejar, discutir, construir e habitar, vem lançando luz sobre sociabilidade e construção coletiva da cidade. Tomando como ponto de partida o esvaziamento do espaço público a partir da conjuntura histórico-política brasileira dos anos 60 aos 80, em concomitância com a supressão dos direitos constitucionais e a repressão às manifestações políticas e culturais, o trabalho reúne elementos para construção de uma narrativa que explique a dinâmica urbana brasileira, desde a luta pela reforma urbana até a apropriação da cidade, a partir das manifestações de 2013. A recuperação de espaços públicos pelos cidadãos representa a relevância dos principais movimentos de insurgência, especialmente em uma cidade de grandes proporções como São Paulo. Contudo, os grupos atuantes na periferia ainda são pouco conhecidos porque esse tipo de ação é mais difundida no vetor centro-sudoeste. Os coletivos mais conhecidos são compostos por profissionais ligados à produção artística, arquitetônica e urbana, atuando no território que os circundam. Assim, o trabalho, ainda em desenvolvimento, procura entender como o “urbanismo insurgente” acontece nas franjas da cidade, onde as dinâmicas são muito diferentes. Busca-se entender sua dinâmica organizacional, lógica de gestão, comunicação e viabilização das atividades e o modo como atuam nas zonas norte e leste. Através do estudo sobre novas formas de se fazer política, busca-se colaborar para o debate sobre a ressignificação da fronteira centro x periferia, mediada pela experiência coletiva de apropriação espacial do espaço público.

Palavras Chave: espaço público, ativismo, experiência coletiva, formas de apropriação espacial, mobilização política, centro x periferia

ABSTRACT

The paper discusses the recent actions of urban collectives in the city of São Paulo that, through alternative propositions of using, looking, planning, discussing, constructing and inhabiting, has shed light on sociability and collective construction of the city. Taking as a starting point the emptying of the public space from the Brazilian historical-political conjuncture of the 60s to the 80s, in concomitance with the suppression of constitutional rights and the repression of political and cultural manifestations, the paper brings together elements for the construction of a narrative that explains the Brazilian urban dynamics, from the struggle for urban reform to the appropriation of the city, as of the manifestations of 2013. The recovery of public spaces by citizens represents the relevance of the main insurgency movements, especially in a city of great proportions like São Paulo. However, the groups operating in the periphery are still unknown because this type of action is more widespread in the center-southwest vector. The well-known collectives are composed of professionals linked to the artistic, architectural and urban production, acting in the territory that surrounds them. Thus, the work, still under development, seeks to understand how "insurgent urbanism" happens in the fringes of the city, where the dynamics are very different. It seeks to understand their organizational dynamics, management logic, communication and feasibility of activities, and how they operate in the north and east zones of the city. Through the study of new ways of doing politics, we seek to collaborate in the debate about the re-signification of the center-periphery frontier, mediated by the collective experience of spatial appropriation of the public space.

Keywords/Palabras Clave: Public space, activism, collective experience, forms of spatial appropriation, political mobilization, center x periphery.

INTRODUÇÃO

O ano de 2011 ficou marcado mundialmente por conta dos levantes populares, fenômenos de dimensões políticas, sociais e tecnológicas que ocorreram em diversas cidades do globo. A condição econômica mundial, permeada pelo aumento do desemprego e pela relação desfavorável entre receitas e despesas, que resultou em medidas de austeridade da maioria dos governos, pode ser apontada como a razão fundamental dos protestos (WALLERSTEIN, 2012). No Brasil, em junho de 2013, milhares de pessoas foram às ruas de doze capitais brasileiras e diversas outras cidades de médio porte, em um protesto multifacetado, iniciado contra o aumento das passagens de ônibus municipais, mas que depois se transmutou em outras reivindicações (GOHN, 2014). A partir da visibilidade dessas manifestações públicas, os coletivos se propagaram em proporção geométrica pelo Brasil, pautados notadamente por trabalhos de intervenção no espaço urbano com caráter de denúncia social. Por sua postura crítica ao status quo e às formas limitadoras de acesso ao urbano, essas formas associativas têm conduzido suas ações regidas pelo lema da cultura maker “Faça-Você-Mesmo”, defendendo o protagonismo cidadão para produzir, colaborativamente e com criatividade, atitude crítica e autonomia, a transformação da realidade (GERSHENFELD, 2012).

Este trabalho, ainda em desenvolvimento, tem como enfoque central a análise das ações recentes de coletivos urbanos na cidade de São Paulo que, através de proposições alternativas de usar, olhar, planejar, discutir, construir e habitar, vem lançando luz a temas sobre sociabilidade e construção coletiva da cidade. Tomando como ponto de partida o esvaziamento do espaço público a partir da conjuntura histórico-política brasileira dos anos 60 aos 80, em concomitância com a supressão dos direitos constitucionais e com a repressão às manifestações políticas e culturais, o artigo procura reunir elementos para constituir um aparato crítico para construção de uma narrativa que explique a dinâmica urbana brasileira, desde a luta pela reforma urbana até a produção e a apropriação da cidade, a partir das manifestações de 2013.

Apoiando-se em contribuições de autores dedicados à investigação das relações sócio-políticas e econômicas da sociedade global contemporânea, do uso das tecnologias digitais, entrecruzando-as com as reflexões de estudiosos interessados na conjuntura social e política nacional, e seus reflexos na produção e apropriação do espaço urbano, espera-se contribuir para a ampliação do entendimento sobre a produção recente da cidade, desvendando a relação existente entre tecnologia e território, entre memória e representação social, enfatizando a importância dessas relações para apontar alternativas positivas e possíveis para as cidades.

DO ESAZIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO À ORIGEM DOS COLETIVOS URBANOS NO BRASIL

No Brasil, durante a década de 1980, houve um aprofundamento das desigualdades sócio espaciais, fruto da política dos anos 70 e da reestruturação produtiva mundial. A modernização desenvolvimentista dos anos 50 acabou estrangulada pelo arrocho da dívida e a inflação brasileira intensificou-se como nunca ocorreu antes. A alta dos juros internacionais, desde 1979, e os problemas ligados à administração da dívida externa marcaram um crescimento nunca visto das taxas inflacionárias no país, e continuaram a crescer ano a ano. Este período ficou conhecido no Brasil como a “década perdida”, caracterizada pela queda nos investimentos e no crescimento do PIB, pelo aumento do déficit público, pelo crescimento da dívida externa e interna, e pela

ascensão inflacionaria (BANCO MUNDIAL, 1993; CRUZ 1983). Ressalta-se que o país vivia sob governo militar.

A Ditadura Militar no Brasil teve seu início com o golpe de 31 de março de 1964, resultando no afastamento do Presidente da República, João Goulart, e tomando o poder o Marechal Castelo Branco. Este golpe de estado instituiu no país uma ditadura militar, justificada pelo discurso de uma ameaça comunista. Tais condições adversas de governabilidade se constituíram em obstáculos à formação de um projeto de nação que levasse em conta os interesses coletivos, sempre rechaçados. Tornaram-se, também e principalmente, entraves à constituição de um projeto de Modernidade, que abarcasse a formação de um Estado de direito e da cidadania como sustentação de um projeto democrático de país. Além disso, a cultura política do regime militar transformou a reunião no espaço público em uma ameaça à ordem pública, convertendo o encontro de pessoas na rua em um ato subversivo, “em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua” (LEFEBVRE, 2002, p. 31). O fechamento e o esvaziamento do espaço público, assim, contribuíram para a interrupção do processo de estruturação da construção democrática nas décadas de 1960 e 70.

Nos últimos anos desse regime, o Brasil apresentava vários problemas econômicos que, somados ao fortalecimento das reivindicações sociais, desde meados dos anos 1970, culminou no desenvolvimento de uma ampla variedade de movimentos populares de base. Assim, a partir de 1974, a crise de legitimidade do regime teve como reflexo a luta pela volta do estado de direito e o início do debate em torno da questão dos direitos humanos, tornando inviável a continuação do governo militar. Em 1983, inicia-se então uma campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República e, ainda que a emenda constitucional tenha sido derrotada no Congresso Nacional, em 1985, iniciou-se uma nova forma de governar o país, com um presidente eleito de forma indireta. Em 1988, foi aprovada uma nova constituição para o Brasil, vigente até os dias atuais e que buscou apagar os rastros da ditadura militar, estabelecendo princípios democráticos no país.

A agregação das lideranças dos movimentos sociais urbanos em prol da luta pela redemocratização na década de 1980 se dá, entretanto, ao mesmo tempo em que o país passava por um acirramento das condições de vida nos grandes aglomerados urbanos. A recessão econômica somada à desindustrialização e à expansão das atividades terciárias, ao empobrecimento das camadas trabalhadoras, ao deslocamento de parte da classe média e alta para fora do centro urbano, e a ampla difusão do crime, acentuou a desigualdade em cidades como São Paulo. Ao longo dos anos 1970, a cidade experimentou um intenso processo de favelização, e este passa então a ser a expressão espacial das desigualdades que marcam a sociedade brasileira. A taxa de crescimento da população favelada, por exemplo, entre os anos de 1973 e 1980 em São Paulo é maior do que a taxa de crescimento do município neste período.

“A significativa concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras tem como expressão um espaço dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto absoluto, a cidade informal relegada dos benefícios equivalentes e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exacerbando as diferenças socioambientais. A precariedade e a ilegalidade são seus componentes genéticos e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade.” (GROSTEIN, 2001, p.02)

Nesse quadro, a emergência dos movimentos populares, especialmente nas periferias, tinha como pauta determinante a luta por melhorias nas condições de vida contra o crescente processo de exclusão dos benefícios urbanos. A articulação de moradores reivindicando seu direito à cidadania

perpassava por diferentes frentes de luta, como a regularização de loteamentos clandestinos, movimentos por infraestrutura básica, por equipamentos de saúde, etc. Esses movimentos, que se multiplicaram a partir dos anos 1970, estavam estreitamente relacionados a problemas de produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivos necessários à vida cotidiana. A cidadania, reivindicada por penalizados e indignados pelas instabilidades de uma sociedade ainda em processo de constituição do povo, conseguiu de fato ampliar-se ancorada sobretudo pelos direitos constitucionais de igualdade e participação. A formação dos Conselhos Populares, na década de 80, como porta-vozes legítimos da população representaram o estabelecimento de um espaço efetivo de negociação em oposição a uma concepção de confronto (SOUTO e PAZ, 2012).

Já quando o neoliberalismo globalizante atingiu o país, nos anos 1990, o Estado brasileiro aderiu à receita internacional de governo mínimo, dando maior espaço à ideologia e às políticas privatistas, e declinando em investir em infraestrutura ou em políticas de atendimento social. A instauração do neoliberalismo provocou um aumento da concentração de renda da elite, restaurando, no cenário mundial, os privilégios dos grupos que tiveram poder e renda diminuídos após a Grande Depressão e a II Guerra Mundial (HARVEY, 2003). Localmente, dada a conjuntura histórico-política brasileira, a entrada neoliberal e a abertura econômica acarretaram não só transformações no processo produtivo, na gestão e organização do trabalho, mas também no espaço construído, acentuando ainda mais os contrastes socioculturais.

Neste período, cresceu expressivamente o número de shoppings centers, condomínios fechados, segurança privada e controle de circulação. A instauração de uma cidade fragmentada resultou na desqualificação e abandono do espaço público, aprofundando a segregação e reduzindo as pessoas a uma vida simplificada em núcleos homogêneos. Os mecanismos de controle e vigilância, as grades e os muros que separam a propriedade privada da rua “criam lugares privados dentro da cidade pública” (CALDEIRA, 2000, p. 4). A rua, como espaço de encontro e diálogo entre os diferentes, é algo fundamental para a construção de uma cultura de tolerância. Esse distanciamento tende a subtrair aspectos positivos da sociabilidade urbana, que são estabelecidos no convívio comum, no contato com o outro no domínio da vida pública. Para Sennett (1999), a impossibilidade do encontro com o desconhecido e com a diferença, condição criada nas microcidades intramuros, “[...] tira da pessoa a chance de enriquecer as suas percepções, a sua experiência, e de aprender a mais valiosa de todas as lições humanas: a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida” (SENNETT, 1999, p. 360).

Entretanto, no final dos anos 1990, com os novos arranjos participativos conquistados a partir da nova constituinte, há uma retomada da reconstrução e da ressignificação dos espaços públicos das grandes cidades brasileiras, sobretudo em São Paulo, agora pelo viés da heterogeneidade e da diferença como forças libertadoras contra os resquícios do autoritarismo e do conservadorismo (SANTOS & AVRITZER, 2002). Há uma redefinição da luta em favor da democracia e da cidadania através de iniciativas culturais e políticas de distintas orientações e naturezas, agora despidas dos modelos narrativos anteriores, universais e totalizantes, das certezas absolutas (JAMESON, 2004). Para Harvey (2003), na pós-modernidade nada de eterno configura qualquer atividade humana. Nas suas bases estão a fragmentação e a efemeridade, que constituem o caos e uma certa irracionalidade ditada pelo múltiplo, pelo nomadismo e pela diferença.

É nessa chave que se dão as novas formas de apropriação do espaço público por meio de ações autogeridas e transversais às ações governamentais, comandadas por arranjos descentralizados, organizados de forma anárquica e horizontal, flexíveis e situacionais, chamados de “coletivos urbanos”. Munidos de um vocabulário conceitualmente voltado para a proposição de caminhos

mais imaginativos, sensíveis e dinâmicos para a vida urbana, os coletivos se apropriam da cidade opondo-se ao processo de formulação do território a partir da projeção do medo e da violência. Desta forma, os levantes populares, a retomada das ruas e do espaço público aparecem como um busca pelo direito à cidade, por uma cidade mais humana, viva, inclusiva, segura e saudável (GEHL, 2013).

A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE ARTICULAÇÃO ENTRE A IDENTIDADE PESSOAL E A COLETIVA.

Agrega-se à investigação das ações participativas voltadas à ressignificação dos espaços públicos, a compreensão de diferentes abordagens ligadas ao estudo do espaço público a partir do entrelaçamento de distintos campos disciplinares que, associados entre si, possibilitam revigorar um sentido de lugar compartilhado no panorama da cidade contemporânea. Interessa especialmente analisar contribuições de autores, dentre os quais destacam-se Alois Riegl, Franco La Cecla e Giorgio Agamben e, sobretudo, articulá-las a uma compreensão de cidade que se apoia na imagem do palimpsesto, tal qual um papiro cujo texto primitivo foi raspado para dar lugar a outro, e que ao se transformar, produz e sobrepõe distintos significados. Esta abordagem, que se desenvolve tendo a memória como um dos fios condutores da complexa estrutura urbana, possibilita reconhecer um território de pertencimento através da partilha dos espaços comuns. Atentando-se aos legados do passado à luz do presente, apreende-se a noção de identidade ancorada no território reconhecido em sua espessura histórica, assegurando-se, assim, a possibilidade de se reconhecer como indivíduo atrelada à experiência de compartilhamento com os outros.

São Paulo, em sua escala metropolitana, como um imenso texto a ser mapeado e reorganizado na perspectiva do reconhecimento de legados do passado e da apreciação de estratégias compatíveis de intervenção, admite uma análise que envolve as diferentes apreensões do espaço no tempo, as dinâmicas sobrepostas da memória individual e coletiva, as relações entre as pessoas e delas com os suportes materiais que, ao mesmo tempo em que constituem a materialidade do ambiente urbano, povoam o imaginário e alimentam uma dimensão simbólica construída coletivamente. A aproximação entre memória e história alude a uma compreensão menos rigorosa e, por consequência, mais livre e fluída desses termos que não mais se opõem, mas se mesclam, perdem suas especificidades para adquirir uma conotação híbrida, distanciando-se de uma esfera técnico-científica para enfatizar uma raiz mais humanística, deslocando-se do saber especializado, para se aproximar de uma apreensão mais sensível, própria dos cidadãos da metrópole.

Estudos empíricos propiciam discorrer a respeito da sobreposição de camadas de tempo a configurar diferentes espacialidades e, conseqüentemente, diferentes apreensões de cidade. O exame desses objetos presta-se igualmente a estabelecer relações entre as posições teóricas dos autores aqui indicados e as premissas adotadas em determinados projetos, correlacionando experiências concretas do universo da arquitetura articuladas ao contexto urbano, a partir de prismas variados, reconfigurando resíduos do passado em espaços vivos da cidade do presente.

A noção de patrimônio, aqui contextualizada ao ambiente da metrópole paulistana, não remete exatamente à conotação do patrimônio oficial, do bem tombado. Ao invés disso, como quer Alois Riegl (2011), alude a uma compreensão mais próxima da sensibilidade do cidadão. Nessa perspectiva, o exercício da memória coloca-se como meio de assegurar não só a identidade do indivíduo, mas também sua ligação com a coletividade atual e histórica, para afirmar a ideia de

pertencimento – que une indivíduos distintos – e configurar o enraizamento não apenas no tempo, mas também no espaço.

À abordagem que se atém à memória impressa no território e à sua reedição para incorporá-la a uma nova proposta, associa-se a contribuição do antropólogo italiano Franco La Cecla, que compõe uma síntese ancorada na literatura antropológica perpassando experiências em diálogo com a reflexão heideggeriana, ao correlacionar a faculdade do habitar à capacidade de perder-se, à possibilidade de desorientar-se. Em seus escritos, sustenta que a condição de pertencimento a um horizonte, como experiência de integração, é indissociável da possibilidade de desorientação. Segundo La Cecla (1993), a capacidade humana de habitar, denominada mente locale, tem hoje alguma chance de reencontrar-se a si mesma, e com a sua capacidade de perder-se, precisamente nos limites da existência metropolitana. Não se trata, portanto, de um exercício nostálgico de recuperar um tempo perdido, uma dimensão originária, idealizada, da experiência espacial. Para La Cecla, são as zonas de indisciplina da metrópole aquelas nas quais se delineia uma possibilidade de habitar autenticamente, construindo os espaços baseados em um conhecimento local inseparável de uma experiência de vida comum participada, uma experiência de diálogo em ato. Segundo o autor, a faculdade do habitar corresponde a uma atividade de conhecimento que se dá com a apropriação do espaço que nos rodeia, uma atividade que se aproxima com a da linguagem, como retomar uma conversa interrompida entre a nossa presença e a dos lugares, uma construção coletiva. Tornar próprio um lugar, ambientar-se, é exercitar uma forma de conhecimento, semelhante à realização de uma descoberta, equivalente a fazer uso da palavra para se comunicar como os outros. Nesse sentido, sugere La Cecla, a territorialidade humana tem a ver com o aprendizado e a cognição, com a sobrevivência social e cultural, como um processo contínuo de alargamento e retorno (LA CECLA, 1993). Frequentar assiduamente os espaços habitados permite não apenas familiarizar-se com sua dimensão física, mas acessar o imaginário cotidiano.

As formulações do filósofo Giorgio Agamben são oportunas para refletir acerca da contemporaneidade. O contemporâneo, sustenta o filósofo, “é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo” (AGAMBEN, 2013, p.64), por isso mesmo é capaz de “transformá-lo e de colocá-lo em relação a outros tempos, de nele ler de modo inédito a história”. Para o autor, “a via de acesso ao presente tem necessariamente a forma de uma arqueologia que não regride, no entanto, a um passado remoto, mas a tudo que no presente não podemos em nenhum caso viver e, restando não vivido, é incessantemente relançado para a origem, sem jamais alcançá-la” (AGAMBEN, 2013, p. 70). Assim, o presente, segundo Agamben, pode ser apreendido como parte do não vivido no vivido e a vida contemporânea como uma atenção dirigida a esse não-vivido. Através dessa compreensão, Agamben posiciona-se por uma atitude de resistência, de deslocamento à lógica do presente e aos mecanismos de sujeição, sugerindo des-criar e re-criar o que existe, para fazer aflorar uma dimensão poética em que se articula memória e invenção, apostando-se na estética da existência, no esculpir a própria experiência sem se esquivar do compartilhamento com o outro.

Compartilhar, mais do que partilhar espaços comuns permite, portanto, reconhecer um território de pertencimento, adensado pela memória de seus usos, em associação com certas experiências vivenciadas. Desse modo, a memória e a travessia do tempo nos espaços é considerada, menos pela abstração do que é tido como patrimônio *stricto sensu* e mais pelo que se transforma em patrimônio comum à medida que se reconhece como parte da história pessoal no compartilhamento da experiência com os outros.

A CIDADE INSURGENTE: AS RECENTES ESTRATÉGIAS DOS COLETIVOS URBANOS.

Segundo Castells (1999), a revolução tecnológica, centrada nas tecnologias da informação, começou a remodelar a base material da sociedade e, portanto, do espaço urbano. É por meio do uso e apropriação de ferramentas da Internet e outras novas tecnologias de informação e comunicação que os coletivos se articulam e fazem política, ou seja, há uma articulação potente entre o chamado ciberespaço e o mundo real (físico- territorial) nas formas de atuação e de organização dos coletivos (LEVY, 1999). A lógica de rede, construída colaborativamente e sem lideranças evidenciadas, dirige a produção e a atuação desses grupos; “o projeto da inteligência coletiva supõe o abandono da perspectiva do poder. Ele quer abrir o vazio central, o poço de clareza que permite o jogo com a alteridade, a quimerização e a complexidade labiríntica” (LEVY, 1998, p. 211).

Essa forma de agrupamento, ainda que típica do trabalho dos artistas visuais jovens, vem realizando intervenções no espaço urbano e modificando, de forma gradual e colaborativa, o espaço da cidade. Esse caráter fortemente urbano de suas ações, entretanto, diferencia-se da expressão tradicionalmente utilizada pela cultura do hip-hop. A forma de atuação dos coletivos é significativamente distinta daquelas do século passado, sobretudo em função da condição pós-moderna como uma nova versão da experiência do espaço e do tempo, segundo Harvey (2003). Essa onda de compressão do tempo-espaço implica uma inevitável aceleração dos modi vivendi, ou seja, há um caráter volátil e efêmero na produção, nos processos de trabalhos e, inclusive, nas ideias. A volatilidade constitui seu fluxo e, portanto, os grupos rejeitam a ideia de projetos a longo ou médio prazos. Há um certo nomadismo nessas estruturas e por isso o participante pode migrar para outro coletivo quando terminado o projeto a que se propôs, porque os coletivos não se configuram por seus integrantes, mas por suas ações. Assim, sua formação é simultaneamente fixa e móvel, pois se estruturam em um núcleo central, em torno do qual outros parceiros são agregados a partir do projeto em execução. Segundo Paim (2009), outros agrupamentos de artistas já trabalhavam nessa perspectiva desde o início do século, como os Grupos Dadaístas em Berlim e Zurique (1916); e, sobretudo, a partir dos anos de 1960, como os grupos Fluxus (Alemanha, 1962); Group de Recherche d’Art Visuel – GRAV (Paris, 1960); Art and Language (Estados Unidos e Inglaterra, 1968) ou ainda o Guerrilha Girls, de 1985 (Estados Unidos). Contudo, segundo Hollanda (2013), a partir do final da década de 1990, o espaço urbano torna-se o foco das intervenções dos coletivos.

O caráter rizomático e nômade dos coletivos somado à sua forma de organização independente, possibilita conexões inusitadas pela co-criação, pela justaposição e pela colisão, que redesenham outras dimensões possíveis da existência, ressaltando a preocupação com a alteridade e com outros mundos, coexistentes. No mundo fragmentado e estilhaçado é possível que todos os mundos aconteçam, sem privilégio de um sobre o outro (Deleuze & Guattari, 1996)). Assim, seu processo constitutivo aberto ocasiona uma explosão de singularidades, distantes da concepção moderna de um caminho único como forma de resistência aos poderes dominantes, ou melhor, da dimensão da unidade. A efemeridade e a fragmentação conduzem essas uniões, pois os agrupamentos entendem que são necessárias ações imediatas e táticas no contexto da intervenção pública. Distanciam-se, assim, da configuração de um partido ou de qualquer estrutura fixa de organização, ainda que essa forma ininterrupta de relação aberta, de singularidades em movimento – que conformam a multidão (Negri, 2005), componham estratégias para minar propostas autoritárias, através da ação comum diante da crise. Para Negri (2014), esse estreitamento entre o ser social e o poder político ocorre por conta das condições dadas pela própria natureza da crise contemporânea, na passagem à pós-modernidade política, sem que a

destruição dessa separação resulte em uma unidade. Diferem, portanto, das ações dos anos 60 e 70, quando os grupos se organizavam em cooperativas de produção ou sindicatos, guiados estreitamente por motes encerrados e bem delineados.

“A multidão se organiza em torno dos eventos do momento, nos quais uma linguagem comum se expressa. Uma linguagem comum que nasce da indignação e do protesto, do cansaço de sempre se encontrar em situações que não têm saída. É exatamente como antes era com a classe operária. A multidão se organiza à base de paixões que caminham junto com a resistência e com tentativas de construções de uma perspectiva de uma nova via de solução dos problemas. Não há muita diferença do ponto de vista entre a multidão e todos os outros movimentos que nascem da base de necessidades ou anseios fundamentais de se viver e produzir. Mas há um outro elemento que é a singularidade. Quando a multidão se move, nunca é simplesmente uma massa, é uma riqueza plural de elementos de questionamentos de vida. É claro que aqui nasce um problema de organização. Há um grande problema de unidade, de articulação dos movimentos, em meio a muitas singularidades. Mas esta é também a riqueza, a beleza do processo que vivemos.” (NEGRI, 2014)

As intervenções espontâneas ou arquiteturas efêmeras, isto é, as microintervenções urbanas propositivas promovidas por esses grupos representam demandas e urgências, tendo como mote o cidadão como agente essencial no processo de produção e de apropriação da cidade (ROSA, 2011). É o chamado urbanismo tático, de guerrilha ou insurgente, que sugere outras perspectivas para a cidade e seus problemas cotidianos contemporâneos. O entendimento da cidade como plataforma aberta a ser constantemente resignificada a partir da perspectiva do interesse público, guia essa mistura de ações, comportamentos e significados atípicos para desenvolver uma espacialidade distinta daquelas previstas pela lei e pelas práticas tradicionais (LYNDON & GARCIA, 2015). Os marcos regulatórios que dispõem sobre o uso e a ocupação do solo – e do espaço público, muitas vezes acabam por atravancar o surgimento de iniciativas inovadoras para a produção e apropriação do espaço construído. Isso porque entendem o espaço a partir da perspectiva única do mundo moderno, entrincheirado em fortes convicções, e não contemplam a dialética provocada por ações que percebem o espaço a partir das multiplicidades de camadas possíveis. Muitas vezes, as práticas de governo fixadas em processos burocráticos atávicos favorecem o ciclo de abandono e cerceamento de atividades dos espaços livres públicos, colaborando para a manutenção do medo e da violência urbana. Segundo Jacques (2011), essas ações no espaço público funcionam como microrresistências aos projetos urbanos homogeneizadores, realizados no mundo todo contemporaneamente; “tem o objetivo de ocupar, apropriar-se do espaço público para construir e propor outras experiências sensíveis e, assim, perturbar essa imagem tranquilizadora e pacífica do espaço público que o espetáculo do consenso tenta forjar” (JACQUES, 2011, p. 172).

Justamente por conta desse viés do desafio ao modelo cultural e espacial vigente, os coletivos se apropriam da cultura hacker, ou do hacking, entendido como a criação de um atalho inteligente que resulta em um novo recurso para uma ferramenta. O termo, que se solidificou na década de 60 para definir especialistas de computadores envolvidos num tipo de subcultura de programação, vem ao encontro das intervenções ativistas contemporâneas no espaço público de caráter inventivo, rápido e alternativo que visam estimular o convívio cívico. Assim, o modo de resistência dos hackers age sobre os mecanismos de gerenciamento protocolares e reforça a necessidade da construção de novos saberes por indivíduos autônomos e colaborativos (SILVEIRA, 2010).

Os coletivos atuam dentro dessa perspectiva, criando a partir da recombinação e da reconfiguração dos códigos vigentes para produzir movimento, escapando às territorialidades. Nesse sentido, podem ser associados à ideia de resíduo desenvolvida por Lefebvre, como aquele elemento que escapa aos sistemas e que contém o poder criador inesgotável (LEFEBVRE, 1967). Em muitos aspectos, suas táticas são respostas para o lento processo de construção da cidade convencional, pois trabalham a partir da urgência do real. Atuam por meio de uma adaptação pontual de forma invasiva ou não do espaço público e, partindo do princípio de que a rua representa o espaço de todos, em geral essas ações não pedem autorização ou permissão à prefeitura. Essas reivindicações, redesign ou reprogramação do espaço se dão em pequena escala e buscam respostas flexíveis e reversíveis ou ajustáveis a condições inevitáveis de mudança, tendo em vista que os lugares não são estáticos.



Figura 1 – Parque de Diversões Minhocão, por Basurama. Em 2013, o coletivo construiu um parquet no meio da área central para ser usado livremente, e ser replicado em qualquer lugar. Fonte: Basurama, 2016.

Os coletivos, em geral, promovem iniciativas de cunho pedagógico, oferecendo cursos e realizando serviços vinculados a produção artística, não só a fim de promover o empoderamento e a capacitação da comunidade, mas também como forma de buscar patrocínio para a realização das atividades. Um exemplo disso é o coletivo Basurama, atuando desde 2007 em São Paulo, e que trabalha com materiais descartados, articulando urbanismo e ecologia com ações educativas. Outro aspecto dessa autogestão é que ela tende a eliminar a autoridade que tradicionalmente centraliza a seleção e a decisão sobre a produção artística, representada pela figura do curador. O Baixo Centro, por exemplo, movimento colaborativo, horizontal e independente, que surgiu em 2011 com a proposta de ressignificar a região central de São Paulo, sobretudo em torno do Minhocão (que compreende os bairros de Santa Cecília, Vila Buarque, Campos Elísios, Barra Funda e Luz). O movimento se estrutura em torno de um festival de rua realizado por uma rede aberta de produtores interessados nessa região da capital de São Paulo e traz como mote “as ruas são pra

dançar”. Por conta do seu caráter autogestionado, o Festival abre chamadas públicas para pessoas e coletivos inscreverem suas ideias e o que necessitarão para realizá-las e depois fazem a “cuidadoria”, ou seja, cuidam dos projetos enviados, procurando formas de viabilizá-los colaborativamente, através de financiamento coletivo e associativo, via crowdfunding e/ou outras formas independentes de arrecadação.

Todas essas experimentações da prática urbana a partir do cotidiano convidam para um debate sobre resiliência local, entendida como a capacidade dos cidadãos em lidar com os problemas e superar os obstáculos em conjunto, considerando a importância da história e dos símbolos do lugar para aquela comunidade. Ajudam ainda a pensar uma abordagem ágil e barata para a produção do espaço, que pode resultar em transformações a longo prazo ou em políticas urbanas de maior abrangência.



Figura 2 – Festival Baixo Centro. A foto mostra a ocupação das ruas durante o festival, que promoveu uma série de atividades no Minhocão usando intervenções artísticas como pintar as ruas e cobri-las com grama artificial. Fonte: foto de Tiago Queiroz, portal R7 notícias.

AÇÕES TÁTICAS EM SÃO PAULO

Em São Paulo, o “urbanismo tático” vem sendo praticado majoritariamente por designers, artistas e arquitetos, que dão prioridade à visualização nos projetos de intervenção (LYNDON & GARCIA, 2015). Por isso, suas ações são mais encontradas no eixo Centro – Zona Oeste de São Paulo, local de moradia ou trabalho da maior parte dessas pessoas. Entretanto, percebe-se um crescimento desses movimentos nas regiões mais periféricas da cidade, como as zonas norte e leste, comandados por grupos que estão à margem dos grandes investimentos, sobretudo, culturais. Nessas áreas, o elemento fundamental é a funcionalidade, bem como o potencial de organização para lutar, discutir e reivindicar políticas públicas para as comunidades da periferia. Vale ressaltar que a periferia sul da cidade de São Paulo, por volta de 1995, destacou-se no cenário nacional por conta do ativismo liderado por grupos de rappers que tratavam da condição do negro no Brasil e do crime na favela. Áreas como o bairro Capão Redondo foram consideradas centros de difusão da cultura hip-hop, e propulsoras da reconfiguração política e cultural da periferia de São Paulo. Por isso, essa porção da cidade continua, ainda hoje, a partilhar de um intenso movimento ativista, compondo a consciência prática dos moradores da região. Portanto, esta pesquisa optou por não envolver essa área já bastante mapeada e onde o ativismo parece consolidado, centrando o estudo na Zona Leste e Norte da capital paulistana.

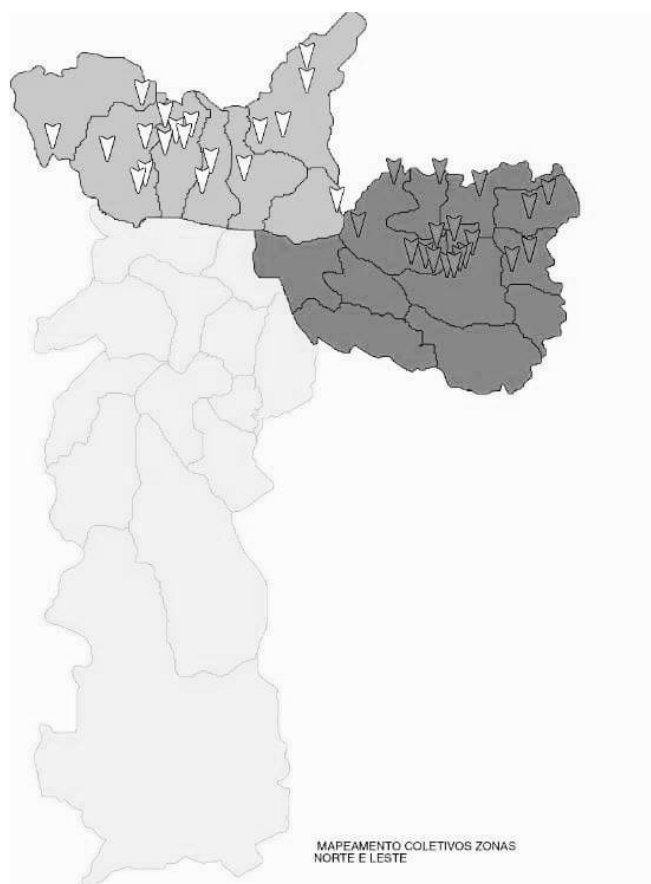


Figura 3 – Zonas leste e norte de São Paulo. Esta pesquisa enfoca as áreas fora do eixo governamental de investimento em cultura. Este mapa fornece um panorama dos grupos encontrados na área. Elaboração do grupo de pesquisa, 2016.

Os coletivos atuantes na periferia são pouco conhecidos, sobretudo porque esse tipo de ação é mais difundida em bairros como Vila Madalena, Pinheiros, ou até mesmo no Centro da cidade. Essas ações possuem o caráter de denúncia urbana, como tentativa de apropriação e melhoria desses espaços. Por outro lado, a lógica urbana, econômica e social nas franjas da cidade é diferente e singular, tendo inclusive movimentos artísticos pertencentes ao território. Uma das características dos coletivos atuantes nessas áreas é a de prover para a comunidade espaços que ofereçam e divulguem atividades culturais, de educação, esportes e lazer. O mapa a seguir evidencia esta constatação, mostrando os equipamentos culturais existentes em 2016, divulgados pela Prefeitura do Município de São Paulo, como bibliotecas, centros culturais, museus, cinemas e teatros. Observa-se que esses equipamentos estão concentrados no centro e no vetor sudoeste, criando uma grande defasagem nos extremos da cidade. Embora a relação existente entre tecnologia e território amplie e ressignifique o entendimento sobre a cidade, diluindo os limites e divisas consolidados nas últimas décadas (LEVY, 2000), a diminuta presença do Estado e de equipamentos públicos culturais nas franjas urbanas ainda mostra-se substancial e evidente na tentativa emergente dos coletivos em mitigar o déficit cultural dessas áreas, tema recorrente nas pautas das ações e debates desses grupos que agem fora do eixo mais valorizado da cidade.

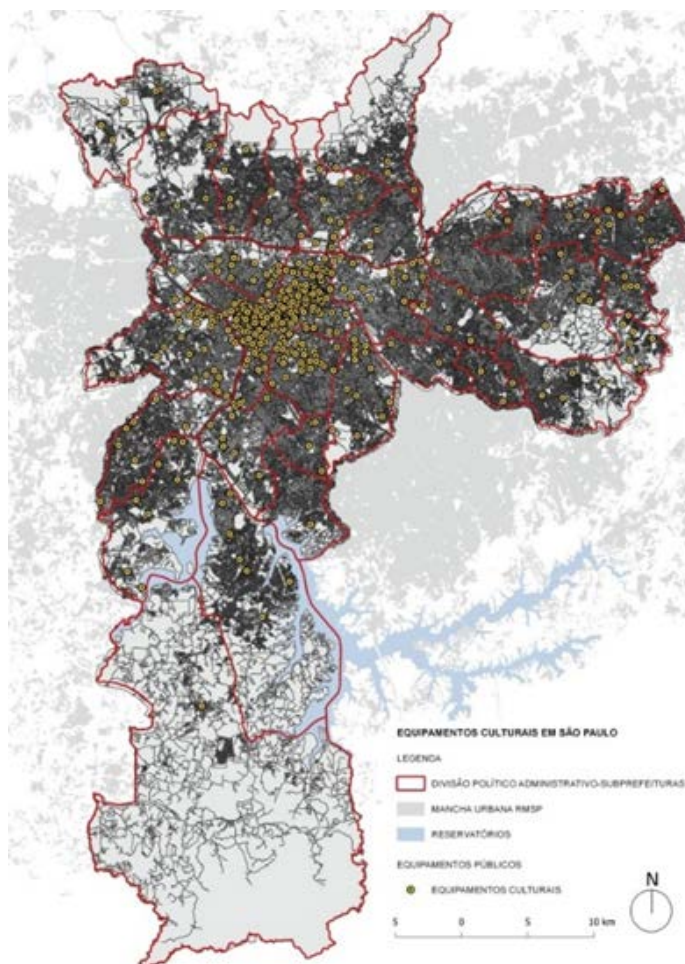


Figura 4 – Equipamentos Culturais em São Paulo, 2016. FONTE: PMSP, Base Cartográfica do Mapa Digital da Cidade, disponível em <geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Elaboração própria.

Assim, o interesse em mapear esses coletivos nas áreas periféricas da cidade é entender suas motivações conceituais, suas ações e táticas, para tecer aproximações e diferenças em relação às ações no eixo mais valorizado da cidade, centro-zona oeste, território tradicional da cultura alternativa paulistana. Soma-se a isso, o entendimento e a discussão das dimensões de espaço público, privado e coletivo nessas regiões, bem como do tema violência e segregação sócioespacial, para entender o contexto relacionado à criação, apropriação e manutenção do território, de modo a colaborar, efetivamente, para o debate sobre a resignificação da fronteira centro x periferia, mediada pela experiência coletiva de apropriação espacial do espaço público.

A partir do referencial teórico, encontrou-se um conjunto de elementos ou componentes, que podem ser resumidos nos seguintes aspectos, a saber: i) Funcionais, em termos do seu funcionamento como elemento de articulação do convívio cívico; ii) Sociais, em relação ao uso efetivo da ação por parte da comunidade local, incluindo as dimensões da gestão, dos usos e da autonomia; iii) Formais, em termos da dimensão física da intervenção; iv) Simbólicos, envolvendo a importância da história e das narrativas do lugar retomadas pela ação. Essas perspectivas de compreensão abertas apontam para problemáticas associadas, a saber: a) o entendimento do papel da tecnologia como meio de articulação e/ou como processo de trabalho; b) o modo de intervenção no espaço público em relação ao tempo de permanência e à escala da ação; c) o campo de ação do coletivo, se local ou itinerante. O desenvolvimento da pesquisa, ao final, relacionará os mapeamentos com os aspectos apontados acima.

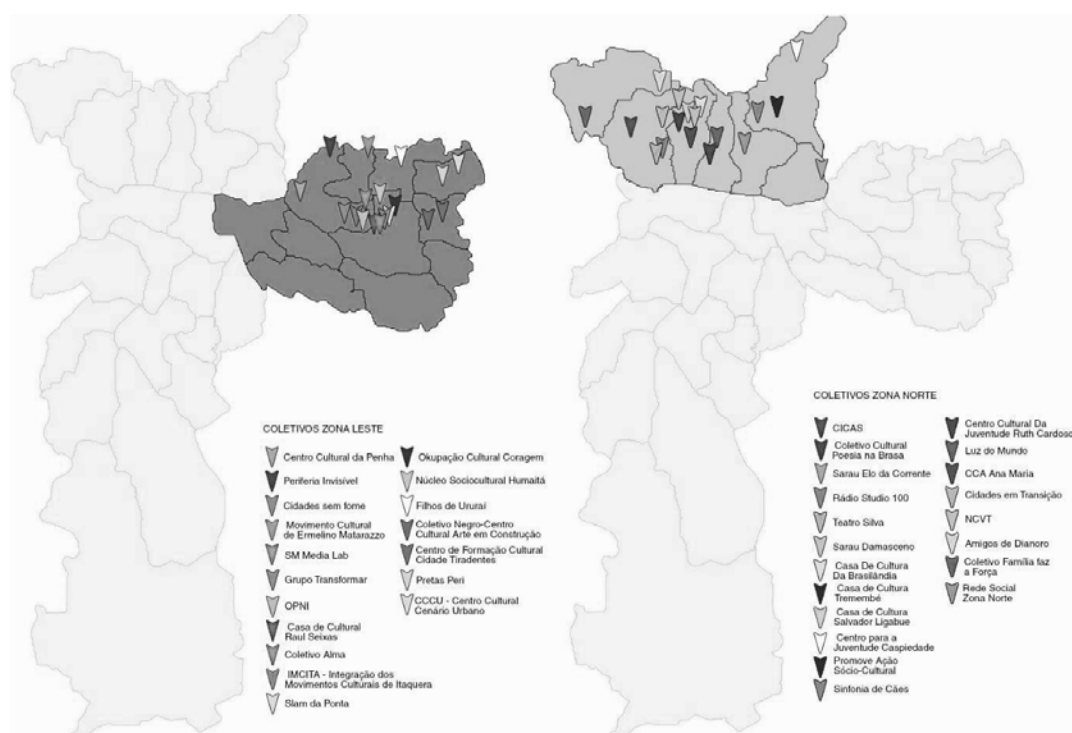


Figura 5 – Levantamento inicial de Coletivos das Zonas Norte e Leste de São Paulo. Elaboração do grupo de pesquisa, 2016.

Os primeiros resultados apontam que as atividades dos coletivos na Zona Norte e Leste abordam temas como: educação ambiental, literatura/poesia, gastronomia vegetariana/vegana, dança, teatro, música e arte urbana. Trabalham com intervenções espontâneas ou efêmeras com base na experimentação, tratando a cidade como um laboratório para revelar o potencial de espaços até então desacreditados. De modo geral, a cultura funciona como o elemento de articulação política nessas experiências. Um exemplo disso é a elaboração da Lei de Fomento à Periferia – PL 624/2015, formulada pelo Movimento Cultural das Periferias, a partir de discussões com a comunidade, a fim de pleitear maior investimento em cultura nas regiões periféricas. Segundo essa articulação, os programas de subsídio público aos artistas na periferia não são insuficientes para atender à demanda existente. Para ampliar os recursos aplicados, o grupo elaborou uma lei para tornar o fomento uma política pública municipal. A luta vem sendo encabeçada pela articulação de movimentos culturais da zona Leste, e eles organizaram um levantamento sobre quais eram as diretrizes mais urgentes na periferia. Recém aprovada na Câmara dos Vereadores de São Paulo, o Projeto de Lei de Fomento à Periferia (PL 624/15) busca incentivar e financiar as ações culturais na periferia, como os próprios grupos reconhecem seu território, e nos “bolsões de pobreza” existentes no centro da cidade de São Paulo. A aprovação dessa lei é importante para que os coletivos saiam de uma fragilidade financeira para poder financiar as suas atividades, além de colocar em pauta a periferia como produtora e consumidora de arte e cultura, trazendo a tona as ações que vem sendo desenvolvidas nesses territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento é internacional e o tema vem ganhando força desde os anos 1990. O conceito de “urbanismo tático” popularizou-se nos EUA, em 2010, quando foi usado em um debate sobre a transformação da Times Square (NY) para um espaço destinado somente a pedestres. Em 2011, a UN-Habitat adotou uma resolução sobre desenvolvimento urbano sustentável através do acesso a espaços públicos de qualidade. Desde então, vem constantemente discutindo iniciativas urbanas voltadas para a promoção da urbanidade (HOLANDA, 2003). No Brasil, o Instituto de Arquitetos (IAB) realiza, desde 1993, o Prêmio Gentileza Urbana, para premiar pequenas atitudes dos cidadãos que colaboram para deixar a vida nas cidades cada dia melhor. A conferência da UN-HABITAT de 2015 teve como tema Public Spaces, focando exatamente nas microações de coletivos. Atesta-se, portanto, a importância da discussão sobre o tema proposto nesta pesquisa, uma vez que a retomada do espaço das ruas pelas pessoas de forma transversal às ações governamentais torna-se tendência mundial. A recomendação da conferência vem no sentido de entender a capacidade de contribuição desses movimentos para o desenvolvimento local, revelando o potencial de espaços até então desacreditados.

Como apontado, nós não temos uma longa história de uso do espaço público, e estar em áreas comuns requer prática e hábito. Por isso, a recuperação de espaços públicos pelos cidadãos no Brasil, hoje em dia, representa a relevância dos principais movimentos de insurgência e questionamento nas cidades, especialmente em uma cidade de grandes proporções e tão complexa quanto São Paulo. Assim, esse levantamento de dados é imprescindível não só para o entendimento dessas experiências nas zonas periféricas de São Paulo, mas principalmente para servir de subsídio ao trabalho do arquiteto urbanista a fim de gerar soluções que realmente atendam à demanda da população, respeitando as diferenças culturais e os projetos já em andamento.

Representações de cidade remetem a vivências e conceitos assimilados, como uma espécie de escavação deliberada de rememoração, de patrimônio impresso na memória, e constituem material propício a uma compreensão fenomenológica que articula as significações à consciência que as formula, a partir de associações com o passado, com a própria experiência, em processos que entrelaçam experiências individuais a uma teia comum de relações da esfera coletiva em dado tempo e lugar.

Propõe-se aqui, a partir das referências mencionadas de distintos campos do conhecimento somadas a coleta de dados empíricos de experiências de ativismo urbano realizadas na cidade de São Paulo, suscitar a atenção para os interstícios quase invisíveis da cidade e convidar o cidadão a exercitar uma nova relação com o espaço urbano, um vínculo não puramente utilitário. Criar, assim, condições para que se viabilize o uso compartilhado do espaço, a despeito dos empecilhos, possibilitando uma reação aos habituais comportamentos inspirados pelo medo, indiferença ou conformismo. A partir do êxito de experiências corriqueiras, cotidianas, da retomada de anseios preteridos, ou submersos, pode-se, quem sabe, alcançar valores mais duradouros e, ao mesmo tempo, mais aderentes à experiência concreta dos cidadãos, que possam representar condutas apropriadas para a condução das políticas públicas nos tempos atuais.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALMEIDA, E. A memória e a dimensão pública do espaço. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014, São Paulo. Anais do III Enanparq. São Paulo: ANPARQ, 2014.
- BANCO MUNDIAL. Poverty and income distribution in Latin America: the story of the 1980s. Washington, D.C., 1993. (Report nº27).
- CALDEIRA, T. P. do R. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: ed. Paz e Terra, 1999. v. 1.
- CRUZ, P.D. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos Sessenta. In: Belluzzo, L.G.M. & Coutinho, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: ed. Brasiliense, 1983. v. 2, p.57-106.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, v. 1.
- GARCIA, A; LYNDON, M. Tactical Urbanism: short-term action for long-term change. London: Island press, 2015.
- GEHL, J. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GERSHENFELD, N. How to Make Almost Anything: The Digital Fabrication Revolution. In: Foreign Affairs (91), 2012, p. 43-57.

- GOHN, M. G. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no Mundo. Petrópolis: ed. Vozes, 2014.
- GROSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". São Paulo: Perspectiva, vol.15 no.1, 2001.
- HARDT, M.; NEGRI, A. Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: ed. Record, 2005.
- HARVEY, D. Condição pós moderna. São Paulo: ed. Loyola, 2003.
- HOLANDA, F. Arquitetura e urbanidade. São Paulo: ProEditores Associados, 2003.
- HOLLANDA, H. B. de. Coletivos. (Artigo publicado em 10.set.2013). Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/coletivos/>>. Acesso em: 10.mar.2016.
- JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACQUES, P. B. Microrresistências urbanas: por um urbanismo incorporado. In: ROSA, M. L. Microplanejamento: práticas urbanas criativas. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011, p. 162-175.
- LA CECLA, F. *Mente locale. Per un'antropologia dell'abitare*. Milão: Elèuthera, 1993.
- LEFEBVRE, H. A Revolução urbana. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2002.
- _____. *Metafilosofia: Prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Edições Loyola, 1998
- MAZIVIERO, M. C. Plus d'un siècle de privatisme dans la gestion urbaine de Santos. In: *Métropoles des Amériques en Mutation*, edited by Luc-Normand Tellier. Montreal: Presses de l'Université du Québec, 2012. p. 305-316
- NEGRI, A. É a multidão que comanda a história. In: *Jornal Zero Hora, Caderno Proa*, 2014. <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>> Acesso em: março, 2016.
- PAIM, C. *Táticas de artistas na América Latina: coletivos, iniciativas coletivas e espaços autogestionados*. Porto Alegre: ed. Panorama Crítica, 2012.
- RIEGL, A. *Il culto moderno dei monumenti: Il carattere e i suoi inizi*. Milão: Abscondita, 2011.
- ROSA, M. L. *Microplanejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.
- SANTOS, B.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. (org.) *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.
- SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- SILVEIRA, S. A. da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. In: REVISTA USP, São Paulo, n.86, p. 28-39, 32 junho/agosto 2010.
- SOUTO, A. L.; PAZ, R. (org.). Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Polis, 2012.
- SZMRECSANYI, M. I. Q. F. A Praça é do Povo? Estado, Liberalismo e Espaço Público Urbano no Brasil. In: Mendoza Vargas, Ribera Carbó e Sunyer Martin. (Org.). La Integración del Territorio en un Idea de Estado: México y Brasil, 1821-1946. Mexico: Universidad Nacional de México + Instituto de Investigaciones Dr. Luis Mora, 2006.
- WALLERSTEIN, I. A esquerda mundial após 2011. In: HARVEY, D.; TELES, E.; SADER, E.; et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.